

**AS CAUSAS DA EVASÃO ESCOLAR NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): UM ESTUDO SOBRE DESAFIOS E PERSPECTIVAS***Francisco Luciano Farias Vidal¹***RESUMO**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino voltada para garantir o direito à educação àqueles que, por diferentes motivos, não puderam concluir sua formação na idade regular. No entanto, a evasão escolar configura-se como um dos principais desafios enfrentados nessa etapa, comprometendo o processo de inclusão educacional e social. Esta dissertação investiga as causas da evasão escolar na EJA, buscando compreender os fatores que levam os estudantes a abandonar a trajetória educacional. A pesquisa foi orientada por uma abordagem qualitativa, envolvendo revisão bibliográfica e estudo de campo, com a aplicação de entrevistas semiestruturadas a estudantes e professores da EJA em escolas públicas. Os resultados revelam que a evasão é um fenômeno multifatorial, relacionado, principalmente, às condições socioeconômicas dos alunos, à necessidade de conciliação entre trabalho e estudo, às responsabilidades familiares, bem como a fatores institucionais como a falta de políticas públicas adequadas, a ausência de práticas pedagógicas motivadoras e a estrutura precária das instituições. Além disso, aspectos subjetivos como a baixa autoestima acadêmica, o sentimento de exclusão e a desvalorização social da EJA também se mostraram determinantes para o abandono escolar. O estudo evidencia que o perfil do aluno da EJA é marcado por trajetórias de vida complexas, nas quais a educação formal compete com demandas urgentes de sobrevivência. Concluiu-se que, para combater a evasão, é fundamental que políticas públicas sejam formuladas e implementadas de maneira a reconhecer as especificidades do público da EJA, oferecendo suporte financeiro, emocional e pedagógico. A adoção de metodologias ativas, a flexibilização dos currículos e a promoção de um ambiente escolar acolhedor são estratégias fundamentais para fortalecer a permanência e o sucesso escolar desses estudantes. A pesquisa aponta, ainda, para a necessidade de maior integração entre a escola, a comunidade e os serviços públicos, a fim de construir redes de apoio que promovam a continuidade dos estudos. Assim, reafirma-se que garantir a permanência na EJA é não apenas assegurar o direito à educação, mas também promover cidadania e inclusão social.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Evasão Escolar. Permanência Escolar. Políticas Públicas. Inclusão Educacional.

¹*Graduação em Educação Física pela Universidade Estadual do Vale do Acaraú, UVA, Ceará, Brasil. Professor da rede pública de ensino do município de Itaitinga, Ceará, Brasil. Mestrando em Ciências da Educação pela UNAEDS/PY.*

1. MARCO INTRODUTÓRIO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) representa uma modalidade educacional essencial para garantir o direito à educação àqueles que, por diferentes motivos, não tiveram acesso ou não puderam concluir seus estudos na idade apropriada. No entanto, a evasão escolar persiste como um dos principais desafios enfrentados pela EJA, impactando diretamente a eficácia das políticas públicas educacionais e a trajetória de vida dos estudantes. A permanência desses alunos na escola é frequentemente prejudicada por fatores econômicos, sociais, familiares e institucionais, exigindo uma análise cuidadosa sobre as múltiplas dimensões que influenciam esse fenômeno. Esta pesquisa propõe investigar as causas que levam à evasão dos estudantes na EJA, buscando compreender a complexidade do problema e contribuir com propostas que favoreçam a permanência e o sucesso educacional desse público.

2. MARCO TEÓRICO

A evasão escolar, em qualquer nível de ensino, representa um grande desafio para os profissionais da educação e uma ferida aberta no sistema educacional brasileiro. Trata-se de um fenômeno complexo que evidencia as fragilidades das políticas públicas e das práticas pedagógicas voltadas para a garantia do direito à educação. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP (2009), anualmente milhares de crianças, adolescentes e jovens abandonam as salas de aula por diferentes motivos, entre eles dificuldades socioeconômicas, desmotivação, necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, problemas familiares e lacunas no processo de ensino-aprendizagem.

De acordo com o INEP, a evasão escolar se caracteriza pela interrupção da frequência regular às aulas durante o ano letivo, comprometendo a trajetória educacional dos estudantes e perpetuando ciclos de exclusão social e desigualdade. A evasão, portanto, não é apenas a ausência física do aluno no ambiente escolar, mas também a materialização de uma série de fatores estruturais que impedem a continuidade dos estudos.

É nesse cenário desafiador que se insere a Educação de Jovens e Adultos – EJA, modalidade criada para oferecer uma segunda oportunidade àqueles que não conseguiram concluir sua educação na idade prevista. A EJA atende a um público heterogêneo, composto por indivíduos de diferentes faixas etárias, histórias de vida e interesses distintos. Muitos desses estudantes enfrentam obstáculos diários para permanecer na escola, como o cansaço proveniente da jornada dupla de trabalho e estudo, a responsabilidade de sustentar a família ou ainda a dificuldade em se adaptar a metodologias de ensino que nem sempre dialogam com suas experiências de vida.

Dessa forma, a evasão escolar na EJA demanda uma análise ainda mais atenta e sensível, pois não se trata apenas de assegurar o acesso ao ensino, mas principalmente de criar condições reais para a permanência e o êxito dos estudantes. Compreender as causas e os impactos da evasão nesse contexto é essencial para a formulação de práticas pedagógicas mais inclusivas e para o fortalecimento de políticas públicas que atendam às especificidades desse público tão diverso.

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP também aponta que diversos fatores geradores da evasão na Educação de Jovens e Adultos (EJA) estão diretamente relacionados às condições socioeconômicas dos alunos, à falta de qualificação específica dos profissionais da educação e à utilização de metodologias pedagógicas inadequadas. No caso do ensino fundamental, os dados são alarmantes: a cada 100 alunos matriculados na 1ª série, apenas 5 conseguem concluir o curso, o que evidencia a gravidade do problema e a necessidade urgente de ações efetivas para reverter esse cenário.

Diante dessa problemática, emerge a seguinte questão norteadora: seria uma proposta pedagógica inovadora e motivadora capaz de contribuir para o combate à evasão na EJA? E, se sim, de que forma essa proposta deveria ser estruturada para responder às necessidades dos estudantes? Essas indagações direcionam a investigação e destacam a importância de se pensar em práticas pedagógicas que rompam com os modelos tradicionais de ensino, muitas vezes inadequados para o perfil heterogêneo dos alunos da EJA.

Parte-se, assim, da hipótese de que é possível encontrar uma proposta pedagógica inovadora e motivadora, capaz de dialogar com a realidade dos estudantes, valorizando suas experiências e saberes prévios. Tal proposta deve ser pautada no desenvolvimento integrado das disciplinas, superando a fragmentação do conhecimento e construindo pontes entre os conteúdos escolares e a vida cotidiana dos alunos. Dessa maneira, o estudante poderá se reconhecer nas práticas escolares, atribuindo sentido ao que aprende, o que, por sua vez, potencializa sua permanência e seu engajamento no processo educativo.

A integração dos saberes, associada a metodologias dinâmicas, participativas e contextualizadas, pode proporcionar aos estudantes da EJA uma experiência educacional mais significativa. Quando o aluno percebe que o conhecimento escolar está conectado com sua prática social, com seu trabalho, com seus valores e com seus sonhos, ele se sente parte ativa do processo de aprendizagem, rompendo com a sensação de distanciamento que muitas vezes o leva à evasão. Assim, reafirma-se a importância de repensar a organização curricular, as práticas pedagógicas e o papel do educador na construção de um ambiente escolar que acolha, motive e empodere os estudantes da Educação de Jovens e Adultos.

Compreende-se, portanto, que a evasão escolar se configura como a prática do abandono ou da desistência dos estudos pelos alunos ao longo do ano letivo. Trata-se de um fenômeno que pode ser evitado mediante ações adequadas, mas que adquire contornos ainda mais preocupantes quando se trata da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Nesse contexto, especialmente na primeira etapa da modalidade, o direito do aluno de frequentar a escola deve ser plenamente assegurado, sendo dever do Estado garantir as condições necessárias para a permanência e o sucesso

escolar. Contudo, o problema da evasão na EJA não é recente, revelando raízes históricas profundas no sistema educacional brasileiro.

De acordo com Patto (1996, p. 67) destaca que “a evasão é fenômeno muito antigo, e persiste desde a década de 1930, sendo uma das mais graves consequências da falta de uma política educacional eficiente no país”. Essa afirmação reforça a ideia de que a evasão escolar não pode ser encarada como um evento isolado ou eventual, mas sim como um reflexo das deficiências estruturais e históricas do sistema educacional. Ao longo do processo histórico, a escola frequentemente tentou se isentar de sua responsabilidade frente à evasão, atribuindo a ocorrência do abandono escolar exclusivamente a fatores externos, como problemas familiares, pobreza ou desinteresse dos alunos.

No entanto, esta pesquisa defende que a evasão não pode ser compreendida apenas a partir de fatores externos. A escola, enquanto instituição social, tem papel fundamental tanto na promoção da inclusão quanto, infelizmente, na produção da exclusão. Metodologias descontextualizadas, currículos engessados, práticas pedagógicas pouco atrativas e falta de acolhimento são elementos internos que também contribuem significativamente para o afastamento dos estudantes. Portanto, é necessário romper com o discurso que transfere toda a responsabilidade da evasão aos alunos e às suas condições socioeconômicas, reconhecendo que a instituição escolar também precisa repensar suas práticas e se comprometer com a construção de um ambiente mais inclusivo, motivador e significativo para seus estudantes.

Assim, faz-se indispensável que a escola e seus profissionais adotem uma postura crítica e reflexiva sobre seu papel na dinâmica da evasão escolar, buscando alternativas pedagógicas que valorizem os saberes dos alunos, respeitem suas trajetórias e promovam uma educação que dialogue com a realidade de quem a ela recorre para transformar sua vida.

A evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tem sido objeto de intensos debates no âmbito educacional, demandando atenção especial por parte de gestores, educadores e formuladores de políticas públicas. Trata-se de um problema que não pode ser visto como um fenômeno isolado de algumas escolas ou regiões específicas; ao contrário, a evasão configura-se como uma questão de ordem nacional, que atinge principalmente as redes públicas de ensino e vem se agravando progressivamente ao longo dos anos. Os dados indicam que o fenômeno é mais recorrente entre os estudantes de baixa renda, refletindo as desigualdades sociais que ainda marcam de forma significativa o sistema educacional brasileiro.

Um dos fatores que mais contribuem para o abandono escolar na EJA é a necessidade, por parte dos estudantes, de conciliar trabalho e estudo. Em muitos casos, os alunos priorizam o trabalho em detrimento da frequência escolar, uma vez que precisam colaborar com a composição da renda familiar. Tal realidade revela que, para grande parte dos estudantes da EJA, a escola não ocupa o centro de suas atividades cotidianas, mas sim o trabalho, que se torna seu principal ponto de apoio e de responsabilidade social.

Essa situação evidencia uma inversão de prioridades forçada pela precariedade econômica. O aluno, muitas vezes chefe de família ou principal mantenedor do lar, assume responsabilidades que dificultam sua permanência e seu êxito no ambiente escolar. Dessa maneira, o acesso à educação, embora garantido formalmente, esbarra em obstáculos concretos que comprometem a continuidade dos estudos e exigem do poder público e das instituições educacionais a implementação de estratégias mais flexíveis e acolhedoras.

Compreender a evasão escolar na EJA passa, portanto, por reconhecer as profundas relações entre educação, trabalho e desigualdade social. É imprescindível que a escola desenvolva propostas pedagógicas que dialoguem com a realidade dos estudantes, oferecendo condições que respeitem suas múltiplas jornadas e suas necessidades específicas. Apenas a partir dessa perspectiva integrada será possível reduzir os índices de evasão e promover uma educação verdadeiramente inclusiva e emancipadora.

No que se refere à abordagem sobre as práticas pedagógicas utilizadas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), observa-se que muitas vezes elas não são adequadas à realidade dos alunos. Para que se alcance uma efetiva motivação e engajamento dos estudantes, torna-se necessário conhecer e implementar uma proposta pedagógica inovadora e motivadora, em que as disciplinas sejam desenvolvidas de forma integrada, e não de maneira fragmentada. Essa integração curricular deve valorizar a bagagem de conhecimentos e experiências que cada aluno traz consigo, reconhecendo que sua trajetória de vida e seus saberes prévios são fundamentais para a construção de novos conhecimentos.

O estudante da EJA precisa se identificar socialmente com os objetivos propostos nos conteúdos escolares, de modo que as disciplinas se conectem de maneira significativa com sua vida cotidiana e contribuam efetivamente para sua prática social. Quando o aluno percebe que os conhecimentos trabalhados em sala de aula têm relação direta com sua realidade e suas necessidades, há um fortalecimento do sentido da escolarização, o que pode motivá-lo a frequentar regularmente a escola e a se envolver de forma mais ativa no processo educativo.

Nesse sentido, Freire (1996, p. 30) ressalta a importância da interação pedagógica, afirmando que "por que não se deveria estabelecer certa intimidade entre a ação dos saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos". A partir dessa perspectiva, a prática pedagógica na EJA deve promover um diálogo constante entre o conhecimento sistematizado e a experiência concreta dos estudantes, superando a dicotomia entre o saber escolar e o saber popular.

Portanto, a construção de uma prática pedagógica integradora e contextualizada é um caminho indispensável para o enfrentamento da evasão escolar na EJA. Ao reconhecer e valorizar os estudantes em sua totalidade — como sujeitos sociais ativos e portadores de saberes —, a escola pode ressignificar seu papel, tornando-se um espaço de acolhimento, transformação e emancipação.

2.1 A evasão escolar no EJA e o perfil dos alunos

As transformações no mundo do trabalho, aliadas às tendências recentes das reformas educacionais, vêm impactando diretamente a administração da educação em vários países, incluindo o Brasil. A partir das últimas décadas, a gestão educacional tem se tornado um dos pilares estratégicos dessas transformações, assumindo um papel central na adaptação dos sistemas educativos às novas demandas econômicas e sociais. No que se refere especificamente à Educação de Jovens e Adultos (EJA), percebe-se que, embora existam avanços teóricos e propostas inovadoras, ainda há uma distância considerável entre o ideal sonhado e a prática efetivamente exercitada nas escolas.

A participação ativa de educadores e educandos no processo pedagógico, fundamental para a efetividade da EJA, ainda carece de um engajamento mais qualitativo. Um envolvimento mais profundo poderia favorecer práticas pedagógicas que compreendessem melhor as realidades dos alunos, incentivando sua permanência e reduzindo os alarmantes índices de evasão escolar. Esse desafio implica conhecer quem é o aluno da EJA, entender suas trajetórias de vida, suas expectativas, suas dificuldades e suas potencialidades.

Questionar quem é o sujeito que se evade da escola é essencial para construir políticas públicas e práticas pedagógicas mais eficazes e inclusivas. É preciso reconhecer que o aluno da EJA, muitas vezes, é um trabalhador que enfrenta jornadas extenuantes, é chefe de família, ou alguém que carrega uma história de exclusão social e de fracassos escolares anteriores, fatores que afetam diretamente sua relação com o espaço escolar e com o processo de aprendizagem.

Segundo Saviani, a educação é um processo tipicamente humano, dotado de uma especificidade que a distingue: formar cidadãos por meio de conteúdos "não materiais", tais como ideias, teorias e valores. Esses conteúdos imateriais exercem influência decisiva na constituição dos indivíduos, moldando suas visões de mundo, seus modos de agir e de interagir socialmente. Avaliando a educação sob essa perspectiva, percebe-se a importância de se investir não apenas na transmissão de conhecimentos técnicos ou pragmáticos, mas também na formação crítica e ética dos educandos, sobretudo daqueles que integram a EJA.

Assim, a permanência dos estudantes na escola, especialmente na EJA, depende da capacidade das práticas pedagógicas de dialogar com suas realidades concretas, de reconhecer sua humanidade e de valorizar seus saberes e experiências. Promover a educação como processo humanizador e emancipador é o grande desafio colocado para educadores e gestores comprometidos com a efetividade do direito à educação e com a transformação social.

Conforme aponta o professor Saviani (1991, p. 19), "para sobreviver, o homem necessita extrair da natureza, ativa e intencionalmente, os meios de sua subsistência. Ao fazer isso, ele inicia o processo de transformação da natureza, criando um mundo humano, o mundo da cultura". Essa afirmação permite compreender a profunda relação entre o trabalho, a cultura e a educação, elementos intrinsecamente vinculados à formação humana e à inserção social dos indivíduos.

Segundo a análise de Saviani, é possível perceber que muitos dos alunos que se evadem da Educação de Jovens e Adultos (EJA) são aqueles que, diante das

exigências imediatas do mundo do trabalho, acabam seduzidos por alternativas que lhes oferecem, ainda que de forma precária, os meios de garantir o "pão de cada dia" — a subsistência própria e, muitas vezes, a de suas famílias. Essa realidade coloca em evidência um dos grandes dilemas enfrentados pela EJA: a dificuldade de conciliar as exigências de permanência na escola com a necessidade urgente de inserção no mercado de trabalho.

O aluno da EJA, aliado aos interesses e pressões do mundo produtivo, busca assegurar sua sobrevivência material em um cenário de profundas desigualdades sociais. No entanto, ao mesmo tempo em que é atraído para as dinâmicas do trabalho informal ou precarizado, ele se distancia dos processos educativos formais que poderiam, a longo prazo, ampliar suas possibilidades de emancipação social e econômica. A consequência desse ciclo é grave: sem acesso à escolarização adequada, esses sujeitos permanecem em situação de vulnerabilidade, presos a condições de trabalho degradantes e a contextos de exclusão que se perpetuam de forma intergeracional.

Dentro dessa compreensão, torna-se urgente reconhecer que a falta de acesso e permanência na EJA gera impactos profundos na vida dos indivíduos e no tecido social como um todo. Como destacam os educadores críticos, a ausência da educação básica não apenas fragiliza a capacidade de inserção digna no mercado de trabalho, mas também expõe esses sujeitos a múltiplos riscos sociais, como o aumento da violência, a marginalização e a perda de direitos básicos.

Dessa forma, é imprescindível que as políticas públicas voltadas para a EJA contemplem estratégias eficazes para garantir a permanência dos estudantes na escola, reconhecendo suas necessidades concretas e articulando a educação ao projeto mais amplo de inclusão social e cidadania plena. Combater a evasão escolar na EJA é, portanto, mais do que assegurar o direito à educação: é atuar diretamente na construção de uma sociedade mais justa, solidária e democrática.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil convive historicamente com índices significativos de evasão escolar, refletindo a complexidade dos desafios enfrentados por essa modalidade de ensino. De acordo com dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2007), a EJA era frequentada, naquele período, por aproximadamente 10,9 milhões de pessoas, o que correspondia a cerca de 7,7% da população brasileira com 15 anos ou mais de idade.

Entretanto, o panorama da permanência dos estudantes na EJA revela uma realidade preocupante. Entre os cerca de 8 milhões de educandos que passaram pela modalidade antes de 2007, 42,7% não concluíram o curso. Esses números evidenciam que, para quase metade dos alunos, a EJA não conseguiu garantir a continuidade necessária para a conclusão da escolarização básica, o que reforça a necessidade de políticas públicas mais eficazes e articuladas.

As principais razões apontadas para o abandono escolar na EJA confirmam as dificuldades estruturais enfrentadas pelos educandos. O motivo mais frequentemente citado foi a incompatibilidade do horário das aulas com o horário de trabalho ou de procura de emprego, responsável por 27,9% dos casos de evasão.

Essa justificativa revela o forte impacto das condições laborais e econômicas sobre a capacidade dos sujeitos de permanecerem na escola, evidenciando a necessidade de que as políticas educacionais para a EJA sejam pensadas de forma articulada com políticas de emprego, renda e proteção social.

Em segundo lugar, a falta de interesse em fazer o curso foi apontada por 15,6% dos entrevistados. Este dado chama atenção para a necessidade de se construir currículos e práticas pedagógicas mais atrativas, contextualizadas e relevantes para a realidade dos educandos, de modo que a educação possa ser percebida como significativa e transformadora em suas vidas.

Assim, os dados apresentados reforçam que a evasão na EJA não é apenas um fenômeno individual, mas uma expressão das condições socioeconômicas, culturais e políticas que afetam diretamente a trajetória educacional dos jovens e adultos brasileiros. Enfrentar esse desafio exige mais do que boas intenções: é necessário investir em políticas públicas integradas, formação docente qualificada e práticas pedagógicas comprometidas com a transformação social e a valorização dos sujeitos da EJA.

A partir dos dados estatísticos apresentados, torna-se evidente que a problemática da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA) suscita um debate significativo entre diferentes autores acerca da responsabilidade pelo fracasso escolar. Em contraposição àqueles que atribuem a evasão principalmente a fatores externos — como a condição socioeconômica do aluno ou a falta de apoio familiar —, estudiosos como Bourdieu (1998), Cunha (1997) e Fukui (1983), entre outros, deslocam o foco da análise para o papel da própria escola, apontando-a como corresponsável pelo sucesso ou pelo fracasso dos estudantes, especialmente na rede pública de ensino.

Esses autores argumentam que a escola, por meio de suas práticas pedagógicas, de seu caráter institucional e de suas estruturas de funcionamento, não apenas reflete as desigualdades sociais, mas também as reproduz, contribuindo para a exclusão de segmentos populares. Essa perspectiva diverge das análises que responsabilizam exclusivamente o aluno ou a família pelo insucesso escolar, reforçando a necessidade de considerar o contexto escolar como um espaço ativo de produção e reprodução de desigualdades.

Para Fukui (1983), em especial, chama a atenção para a responsabilidade da instituição escolar, ao afirmar que "o fenômeno da evasão, longe está de ser fruto de características individuais dos alunos e suas famílias. Ao contrário, reflete a forma como a escola recebe e exerce ação sobre os membros destes diferentes segmentos da sociedade" (FUKUI, 1983, p. 34). Essa reflexão evidencia que o problema da evasão não pode ser entendido apenas como resultado de falhas individuais, mas deve ser analisado no interior das relações pedagógicas, organizacionais e institucionais da escola.

A forma como a escola organiza seus currículos, administra seus tempos e espaços, estabelece suas expectativas pedagógicas e reconhece — ou não — as especificidades dos sujeitos da EJA, tem influência direta na trajetória dos estudantes. Uma prática escolar insensível às diversidades culturais, às

experiências de vida e às necessidades concretas dos alunos adultos contribui para a marginalização e para o afastamento desses sujeitos do espaço escolar.

Portanto, discutir a evasão na EJA implica necessariamente discutir a responsabilidade da escola na construção de ambientes educacionais mais acolhedores, democráticos e inclusivos. Implica reconhecer que a transformação da realidade educacional dos jovens e adultos brasileiros passa pela revisão crítica das práticas pedagógicas, pela formação docente qualificada e pela construção de uma escola que, de fato, reconheça e valorize a diversidade como riqueza e não como obstáculo.

A discussão acerca das causas da evasão escolar e do fracasso na Educação de Jovens e Adultos (EJA) avança na direção das posições teóricas que atribuem à organização social e às práticas institucionais grande responsabilidade por esses fenômenos. Cunha (1997, p. 29) ressalta que a responsabilização exclusiva do jovem pelo seu próprio fracasso escolar é fundamentada em um pensamento educacional de matriz liberal, o qual legitima e sanciona a sociedade de classes. Essa perspectiva busca convencer os indivíduos de que o sucesso ou o fracasso social é resultado unicamente de seus méritos ou deficiências pessoais, ocultando, assim, as determinações estruturais e sociais que influenciam decisivamente seus percursos.

Quando se observa o fato de que a escola que majoritariamente atende as classes trabalhadoras é a que apresenta maiores índices de fracasso, a análise crítica torna-se ainda mais evidente. Para Bourdieu, a escola, tal como estruturada nas sociedades contemporâneas, serve como instrumento de dominação simbólica e de reprodução dos interesses da classe dominante. Segundo sua análise, a escola não reconhece o capital cultural diferenciado dos alunos oriundos das classes populares, operando a partir de pressupostos implícitos que favorecem os herdeiros do capital econômico e cultural.

Segundo Bourdieu (1998, p. 56) afirma que "a escola não leva em consideração o capital cultural de cada aluno, e que os professores partem da hipótese de que existe, entre o educando e o ensinado, uma comunidade linguística e de cultura, uma cumplicidade prévia nos valores, o que só ocorre quando o sistema escolar está lidando com seus próprios herdeiros". Essa "cumplicidade" inexistente para a maioria dos estudantes populares implica em práticas pedagógicas que, ao invés de acolherem e potencializarem as diversidades culturais, acabam por marginalizar ainda mais aqueles que não compartilham dos códigos culturais dominantes.

Esses teóricos evidenciam, por meio de seus estudos, que as expectativas institucionais e sociais exercem forte influência sobre os fatos da vida cotidiana. No âmbito escolar, essas expectativas condicionam comportamentos e trajetórias: os alunos tendem a se comportar de acordo com as expectativas que a escola e a sociedade lhes atribuem, especialmente frente aos inúmeros desafios impostos pela educação formal. Assim, quando a escola internaliza e reproduz baixas expectativas em relação aos jovens e adultos oriundos das classes trabalhadoras, contribui para consolidar trajetórias marcadas pela evasão e pelo fracasso escolar.

A análise crítica proposta por Cunha, Bourdieu e Fukui aponta, portanto, para a necessidade de uma profunda transformação nas práticas pedagógicas e nas estruturas escolares. Transformação que seja capaz de reconhecer as diferentes formas de capital cultural dos educandos, de valorizar suas experiências de vida e de construir, de fato, uma escola democrática, inclusiva e emancipadora, especialmente no âmbito da Educação de Jovens e Adultos.

Como se pode constatar, a literatura especializada sobre o fracasso escolar e a evasão evidencia que a problemática é multifacetada e complexa. Se, por um lado, existem fatores externos à escola — como a necessidade de inserção precoce no mercado de trabalho, a precariedade das condições socioeconômicas e a vulnerabilidade social — que influenciam de maneira decisiva a trajetória escolar dos jovens e adultos, por outro lado, é igualmente relevante considerar os fatores internos ao ambiente escolar que impactam negativamente o processo de escolarização. Esses fatores internos incluem a inadequação das práticas pedagógicas, a falta de sensibilidade às especificidades culturais dos educandos, a rigidez curricular e a ausência de propostas metodológicas que dialoguem com as experiências concretas dos estudantes da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Assim, direta ou indiretamente, a própria instituição escolar contribui para a exclusão dos sujeitos que deveriam, em tese, ser acolhidos e apoiados em sua trajetória educativa.

A busca por emprego e a pressão por garantir a subsistência familiar emergem como fatores centrais que levam o aluno da EJA a interromper seus estudos. Entretanto, a escola, ao não oferecer alternativas pedagógicas que integrem a educação com a formação para a vida e para o trabalho, acaba por reforçar o ciclo de evasão. Dessa maneira, tanto as condições impostas pelo mundo do trabalho quanto as práticas institucionais excludentes são responsáveis pela permanência dos altos índices de abandono na EJA.

Compreender essa realidade exige que se adote uma perspectiva crítica e integradora, capaz de articular a educação aos demais direitos sociais e de propor estratégias que reconheçam as múltiplas dimensões que constituem o processo educativo dos jovens e adultos brasileiros. A superação da evasão escolar, portanto, passa necessariamente pela construção de uma escola inclusiva, dialógica e socialmente comprometida, capaz de ressignificar a educação como instrumento de emancipação e transformação social.

3. MARCO METODOLÓGICO

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza teórica, fundamentado na análise de referenciais bibliográficos já consolidados sobre a temática da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O desenho metodológico foi orientado pela necessidade de compreender, por meio de uma abordagem sistemática, os principais fatores que contribuem para o abandono escolar nesse segmento. A revisão bibliográfica permitiu a análise crítica de estudos, artigos, livros e documentos oficiais, possibilitando a identificação de padrões, contradições e lacunas existentes na produção científica sobre o tema.

4. MARCO ANALÍTICO: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Este capítulo destina-se à análise e discussão dos principais resultados obtidos a partir da reflexão teórica e da investigação sobre as causas e consequências da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Com base no aporte de autores como Paulo Freire, Arroyo, Menegolla e Moura, buscou-se compreender os múltiplos fatores que influenciam a permanência ou o abandono dos estudantes, bem como o papel das práticas pedagógicas, das condições sociais e das políticas públicas nesse processo.

Os dados analisados revelam que a evasão na EJA é um fenômeno multifacetado, que não pode ser explicado apenas pela responsabilidade individual dos alunos ou das famílias, mas que resulta de uma complexa interação entre fatores sociais, econômicos, históricos e escolares. Destaca-se, ainda, que a escola, enquanto espaço de socialização e formação, precisa urgentemente repensar suas práticas e os conteúdos, tornando-se mais dinâmica, significativa e próxima das realidades dos educandos.

Outro aspecto relevante observado é a necessidade de formação contínua e crítica dos professores da EJA, que, muitas vezes, enfrentam desafios relacionados à falta de preparo específico para lidar com um público tão heterogêneo e com demandas tão distintas daquelas da educação regular. A criatividade, o dinamismo e o compromisso social surgem como elementos fundamentais para a transformação do ambiente escolar em um espaço atrativo e emancipador.

Assim, a análise dos resultados que se seguirá será organizada em torno de eixos centrais que buscam articular teoria e prática, evidenciando as principais problemáticas diagnosticadas e sugerindo caminhos para a superação dos obstáculos que comprometem o sucesso escolar na EJA. O intuito é avançar para uma compreensão crítica que, para além do diagnóstico das dificuldades, contribua com propostas reflexivas e propositivas para a construção de uma educação mais justa, inclusiva e transformadora.

A seguir, serão apresentados e discutidos os resultados de forma sistemática, abordando os principais fatores que influenciam a evasão na EJA, o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem, a relevância de práticas pedagógicas inovadoras, e a importância das políticas públicas de suporte à permanência dos educandos.

O percurso histórico e crítico da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil revela um cenário marcado por avanços pontuais, retrocessos e desafios persistentes. Apesar dos esforços empreendidos ao longo dos anos, com a criação de programas como o MOBRAL, a Fundação Educar, o Brasil Alfabetizado e o PROJOVEM, a realidade atual demonstra que a EJA ainda enfrenta entraves estruturais e conceituais que limitam seu potencial emancipatório. Muitas vezes, a modalidade foi concebida como política de emergência ou de compensação histórica, o que compromete a consolidação de práticas educativas contínuas e transformadoras.

Entre os principais fatores que dificultam o desenvolvimento da EJA estão a descontinuidade das políticas públicas, a formação insuficiente dos educadores, a desarticulação da EJA com outras políticas sociais e a adoção de uma lógica tecnicista, que prioriza a certificação formal em detrimento da formação crítica e cidadã dos educandos. A alternância de governos e a constante reformulação de programas geram instabilidade e impedem que conquistas sejam consolidadas a longo prazo. Além disso, a falta de formação específica para os educadores da EJA limita a capacidade de resposta às necessidades complexas dos estudantes, muitos dos quais carregam trajetórias marcadas por exclusão e vulnerabilidade social.

Outro elemento relevante é a ausência de articulação entre a educação de jovens e adultos e outras políticas públicas, como as de assistência social, saúde, cultura e emprego. Isoladamente, a alfabetização não é capaz de garantir inclusão plena ou de transformar estruturalmente as condições de vida dos sujeitos. A experiência acumulada pela história da EJA reafirma que intervenções pontuais e breves não asseguram o domínio consistente da leitura, da escrita e das competências necessárias para a cidadania ativa. O mito de que a alfabetização, por si só, resolveria os problemas sociais há muito foi superado: isolada, ela não gera emprego, renda ou acesso à saúde.

Apesar dos desafios e da fragmentação dos programas ao longo das últimas décadas, a Educação de Jovens e Adultos segue sendo buscada como instrumento de garantia do direito à educação para todos, reafirmando seu valor enquanto prática de democratização do conhecimento. Para que a EJA possa cumprir seu papel de forma plena, é necessário consolidá-la como política pública permanente, garantir a formação específica e continuada de seus educadores, integrar suas ações a outras políticas sociais e investir em metodologias participativas e estruturas adequadas de atendimento. É imprescindível reconhecer e valorizar a trajetória de lutas que moldou a EJA no Brasil, compreendendo que seu fortalecimento não se dará por meio de ações isoladas, mas através da construção de uma política articulada, inclusiva e comprometida com a promoção da cidadania e da justiça social. Somente por meio da continuidade dos esforços, da valorização dos sujeitos da EJA e da integração das ações educacionais com políticas de inclusão social será possível consolidar a EJA como um direito efetivo e estruturante na sociedade brasileira.

A análise realizada ao longo deste capítulo evidencia que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino profundamente marcada pelos desafios históricos, sociais e pedagógicos da sociedade brasileira. A evasão escolar, um dos problemas centrais discutidos, revela-se como fenômeno complexo e multifatorial, influenciado tanto pelas condições externas à escola — como o trabalho precoce e a vulnerabilidade socioeconômica — quanto pelas práticas e estruturas internas do próprio sistema educacional.

Autores como Bourdieu, Cunha e Fukui reforçam a necessidade de compreender o fracasso escolar não como responsabilidade individual dos alunos ou de suas famílias, mas como resultado de uma escola ainda pouco adaptada às especificidades culturais, econômicas e sociais dos estudantes da EJA. A ausência de práticas pedagógicas significativas, o distanciamento entre os conteúdos escolares e o mundo do trabalho, além da falta de planejamento adequado e

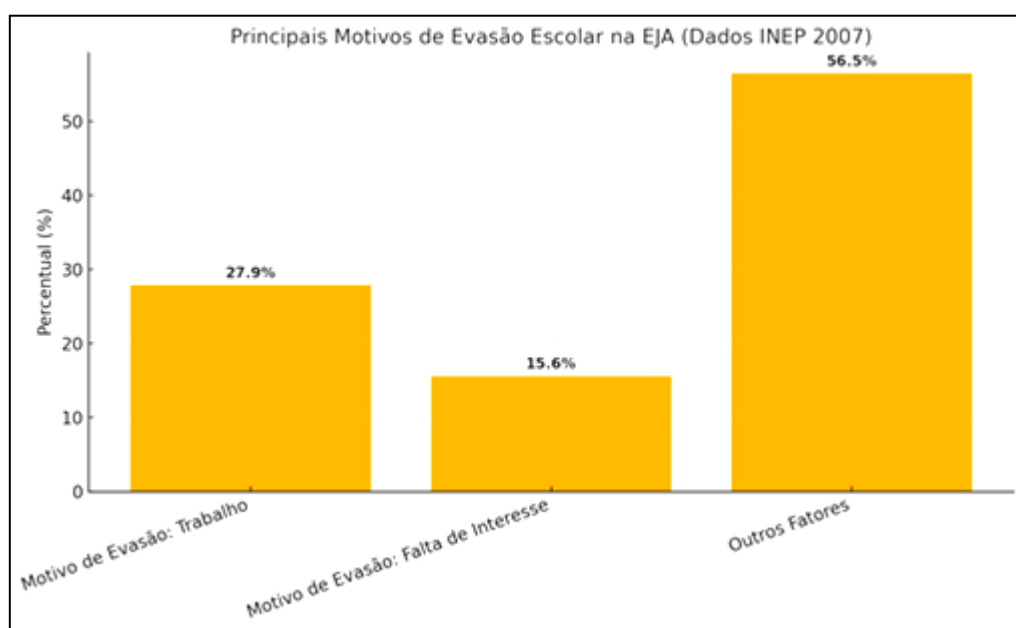
avaliação inclusiva, agravam as dificuldades de permanência dos jovens e adultos na escola.

Constatou-se que, para combater efetivamente a evasão, é imprescindível adotar estratégias pedagógicas inovadoras, que valorizem a cultura popular, a diversidade das experiências de vida dos alunos e a integração de saberes. O uso de linguagens alternativas — como a música, o teatro e a literatura —, a organização de festivais culturais, a abordagem de temas relevantes para a vida cotidiana e o estímulo à participação ativa dos educandos na gestão escolar são ações que demonstraram ter forte potencial de engajamento e fortalecimento dos vínculos escolares.

A avaliação, por sua vez, deve ser compreendida como instrumento pedagógico a serviço da aprendizagem e da inclusão, e não como mecanismo de seleção e exclusão. A prática avaliativa precisa ser orientada para o acompanhamento formativo dos estudantes, respeitando seus tempos e suas trajetórias, e favorecendo a construção de percursos educativos significativos e emancipadores.

Em síntese, a superação dos elevados índices de evasão na EJA demanda uma transformação profunda no modo de conceber e organizar a educação destinada a jovens e adultos. Isso implica reconhecer os sujeitos da EJA como protagonistas ativos de seu processo de aprendizagem, respeitar suas identidades, construir práticas pedagógicas democráticas e integradoras, e consolidar a EJA como direito efetivo e política pública permanente. Somente com ações planejadas, práticas pedagógicas inovadoras, avaliação humanizadora e políticas educacionais comprometidas com a equidade social será possível fortalecer a Educação de Jovens e Adultos e assegurar sua função estratégica na construção de uma sociedade mais justa, democrática e inclusiva.

GRÁFICO 1 – Principais motivos de evasão escolar na EJA.



Fonte: INEP, 2007.

Com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP, 2007), foi elaborado o gráfico autoral, que ilustra os principais motivos alegados para a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). O gráfico destaca que 27,9% dos alunos abandonaram seus estudos devido à incompatibilidade entre o horário escolar e o horário de trabalho ou de procura de emprego, enquanto 15,6% apontaram a falta de interesse como causa principal. Os demais fatores, agrupados sob a categoria "Outros", correspondem a 56,5% das motivações identificadas.

A construção do gráfico é de autoria própria, com o objetivo de organizar visualmente os dados analisados no capítulo, facilitando a compreensão da complexidade envolvida na evasão escolar da EJA. A representação gráfica reforça a importância de se considerar tanto os fatores externos, como as exigências do mundo do trabalho, quanto os fatores internos à escola, como a necessidade de práticas pedagógicas mais atrativas e conectadas às realidades dos educandos.

Dessa maneira, o gráfico não apenas sintetiza as informações estatísticas relevantes, mas também contribui para a reflexão crítica sobre as estratégias necessárias para combater a evasão e fortalecer a permanência dos estudantes na EJA.

O contexto escolar dos alunos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) evidencia a presença de múltiplos fatores que contribuem significativamente para a evasão escolar. Entre esses fatores, destacam-se os conflitos familiares, a necessidade de os alunos assumirem responsabilidades financeiras e contribuírem para a renda familiar, e a jornada de trabalho exaustiva que resulta em desgaste físico e emocional. A esses elementos soma-se, ainda, o risco de envolvimento com a criminalidade e o tráfico de drogas, fatores que representam fortes indícios de vulnerabilidade social e que impactam diretamente a permanência dos estudantes na escola.

Além das questões externas, observa-se que as práticas pedagógicas adotadas também exercem influência sobre a evasão escolar. Muitas vezes, a fragmentação do ensino em disciplinas isoladas, desarticuladas entre si, distancia-se da realidade dos educandos da EJA, cuja vivência cotidiana integra diversos saberes de maneira natural e interligada. A ausência de propostas pedagógicas que promovam a integração disciplinar e que reconheçam o conhecimento prévio dos alunos compromete a identificação destes com os conteúdos trabalhados em sala de aula.

Considerando que o educando adulto traz consigo um conjunto de saberes oriundos de sua prática social, torna-se imprescindível que o processo de ensino-aprendizagem favoreça o reconhecimento e a valorização dessas experiências. A prática pedagógica deve ser pautada no diálogo com a realidade dos estudantes, buscando construir pontes entre os conhecimentos acadêmicos e os saberes populares, de forma que o educando possa se reconhecer nos conteúdos propostos e perceber a relevância da escola para sua vida cotidiana e para seu projeto de futuro.

Portanto, compreender as causas da evasão na EJA exige olhar atentamente para as condições socioeconômicas dos estudantes, bem como para as práticas

pedagógicas implementadas, que devem ser planejadas e executadas de modo a respeitar a diversidade de trajetórias e a promover a inclusão e o fortalecimento dos vínculos escolares.

De acordo com Freire (2006, p. 52), "ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou sua construção". A partir dessa afirmação, observa-se a necessidade de que os profissionais da educação, ou simplesmente educadores — como o autor os denomina —, atuem de maneira a proporcionar ambientes educativos que favoreçam a autonomia intelectual dos estudantes. No contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), essa perspectiva é ainda mais relevante, pois possibilitar que o educando produza e construa saberes a partir de suas próprias experiências e conhecimentos prévios constitui estratégia fundamental para estimular sua permanência na escola e, consequentemente, reduzir os índices de evasão.

A postura do educador, portanto, deve transcender a mera transmissão de conteúdos, voltando-se para a criação de situações em que o aluno seja protagonista de seu próprio processo de aprendizagem. Ao reconhecer a bagagem cultural e social que cada sujeito traz consigo, o educador contribui para a construção de vínculos mais sólidos entre o estudante e o espaço escolar, reforçando a percepção de pertencimento e de relevância da educação em suas vidas.

Outro fator de extrema importância para a compreensão do fenômeno da evasão na EJA é a ausência de políticas públicas efetivas que assegurem o direito à educação de jovens e adultos de forma integral. A falta de investimentos adequados nessa modalidade de ensino configura-se como um dos principais obstáculos à reintegração desses sujeitos no ambiente escolar e, por extensão, na sociedade. A escassez de recursos destinados à infraestrutura, à formação de professores, à elaboração de materiais didáticos específicos e à criação de programas de apoio à permanência escolar fragiliza a oferta da EJA e compromete seus objetivos de inclusão e emancipação social.

Se as políticas públicas fossem implementadas de forma plena, conforme os princípios estabelecidos na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96), a permanência dos estudantes na EJA seria fortalecida e o direito à educação básica assegurado a todos, independentemente da idade. A evasão escolar, portanto, não pode ser entendida apenas como uma escolha individual, mas como expressão de um conjunto de negligências históricas que refletem a insuficiência de políticas estatais no cumprimento de seu dever constitucional.

Assim, a superação da evasão na EJA passa necessariamente pela adoção de práticas pedagógicas emancipatórias e pela efetivação de políticas públicas que reconheçam a educação como direito fundamental e condição essencial para o exercício pleno da cidadania.

A partir das ideias analisadas, torna-se evidente a crítica dos autores à ausência de um planejamento mais aprofundado e contextualizado do calendário escolar nas instituições de ensino, especialmente no que se refere à realidade dos alunos

trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Observa-se que há uma lacuna significativa entre as demandas concretas desses educandos e a organização escolar tradicional, o que compromete a função social da escola enquanto espaço de promoção da igualdade de oportunidades.

Os estudantes da EJA, em sua maioria, buscam na escola uma qualificação que lhes permita melhorar sua realidade de vida e enfrentar as dificuldades cotidianas impostas pelas condições socioeconômicas adversas. Nesse sentido, questiona-se se as instituições de ensino, de fato, estão cumprindo seu papel de garantir uma educação de qualidade para todos. Esta reflexão é fundamental, sobretudo considerando que um dos princípios constitucionais da educação brasileira é assegurar o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania.

É preciso problematizar que tipo de educação é ofertada quando ela, na prática, acaba por excluir aqueles que mais necessitam dela: os trabalhadores que, para sobreviver, precisam conciliar rotinas exaustivas de trabalho com o esforço de continuar seus estudos. Trata-se de uma exclusão silenciosa, que perpetua as desigualdades sociais e nega a esses sujeitos o direito pleno à educação.

Autores como Saviani (1991) compartilham dessa crítica, ao apontarem que parte significativa das dificuldades enfrentadas pelos alunos trabalhadores decorre dos próprios mecanismos de organização do mundo do trabalho. Segundo Saviani, as mudanças nas estruturas produtivas, impulsionadas pelas tendências contemporâneas das reformas educacionais em países como o Brasil, colocaram a administração da educação como um dos pilares estratégicos de transformação social. No entanto, essas reformas, muitas vezes orientadas por lógicas de mercado, não consideram as reais necessidades dos educandos da EJA, aprofundando as desigualdades educacionais e sociais.

Assim, refletir sobre o papel da escola no contexto da EJA exige ir além das análises superficiais e considerar criticamente os efeitos das políticas educacionais e das transformações no mundo do trabalho sobre o direito à educação dos jovens e adultos trabalhadores. É necessário reivindicar uma educação verdadeiramente inclusiva, que reconheça a centralidade do trabalho na vida desses sujeitos e que se organize de modo a respeitar e atender suas especificidades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Concorda-se com a perspectiva apresentada por Saviani (1991) ao reconhecer que, no contexto da Educação de Jovens e Adultos (EJA), a participação de educadores e educandos se fundamenta no sonho compartilhado de uma educação de qualidade, pautada na liberdade e na emancipação humana. Contudo, apesar desse ideal, observa-se que ainda não se alcançou o nível de engajamento qualitativo necessário para transformar essa aspiração em prática efetiva. A ausência de metodologias mais centradas no conhecimento profundo das realidades e necessidades dos alunos compromete a construção de vínculos sólidos e o incentivo à permanência escolar.

No entendimento de Saviani, a educação configura-se como um processo tipicamente humano, cuja especificidade reside na formação de cidadãos através da

apropriação crítica de conteúdos inteligentes. Educar, portanto, vai além da mera transmissão de informações; trata-se de promover a construção ativa do conhecimento, a partir do diálogo entre a experiência de vida dos educandos e os saberes historicamente acumulados pela humanidade.

Dentro dessa perspectiva, Saviani (1991) destaca que, para sobreviver, o ser humano — neste caso, o aluno em formação — necessita extrair da natureza, de maneira ativa e intencional, os meios de sua subsistência. Esse movimento, ao transformar a natureza, dá origem ao mundo humano, ao mundo da cultura. Tal concepção é compartilhada por diversos autores consultados, que reforçam a ideia de que a educação é parte essencial do processo de humanização, capaz de promover a inserção crítica dos indivíduos no mundo social.

Assim, compreender o papel da educação no contexto da EJA exige reconhecer a centralidade da cultura e da produção de saberes na trajetória de formação dos educandos. Implica, também, reivindicar práticas pedagógicas que sejam capazes de dialogar com as experiências concretas dos alunos, valorizando suas histórias de vida como parte fundamental do processo educativo.

A superação da evasão e a construção de uma educação verdadeiramente libertadora passam, necessariamente, pela promoção de práticas pedagógicas que respeitem e potencializem os saberes populares, que reconheçam o trabalho como dimensão central da existência humana e que contribuam para o fortalecimento da cidadania e da autonomia dos sujeitos da EJA.

Torna-se urgente assumir uma posição ativa diante da problemática da evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Não se pode aceitar de maneira passiva a continuidade de práticas educativas que, ano após ano, acabam por afastar os alunos da escola justamente no momento em que buscam retomar seus estudos. É imprescindível que mudanças efetivas sejam promovidas, priorizando uma adaptação significativa nas modalidades de ensino, de modo a atender às necessidades específicas desse público e a favorecer seu desenvolvimento intelectual enquanto sujeitos pensantes, críticos e construtores de opiniões.

A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu observar a necessidade premente do desenvolvimento de propostas pedagógicas voltadas especificamente para o ensino na EJA, reconhecendo e valorizando as experiências de vida dos educandos, e utilizando essas experiências como ponto de partida para novas aprendizagens. Para tanto, destaca-se a importância do investimento em programas de formação e qualificação profissional voltados aos educadores que atuam na modalidade, capacitando-os para lidar com as particularidades do público da EJA de maneira sensível, criativa e transformadora.

Concorda-se, ainda, com a posição defendida por diversos autores que ressaltam a importância da integração curricular das atividades pedagógicas. A fragmentação do conhecimento em disciplinas estanques não atende às demandas dos estudantes da EJA, cujas vivências cotidianas são marcadas pela inter-relação de saberes práticos e teóricos. A proposta de integração entre os conteúdos apresentados nas diferentes áreas do conhecimento, conforme sugerido nesta pesquisa, revela-se essencial para facilitar a compreensão, promover a

aprendizagem significativa e tornar o processo educativo mais dinâmico e próximo da realidade dos alunos.

Portanto, reafirma-se a necessidade de um trabalho educativo que promova a interdisciplinaridade, respeite a trajetória dos educandos e favoreça a construção de novos conhecimentos em diálogo com suas práticas sociais. Apenas por meio de uma profunda reformulação pedagógica, articulada a investimentos estruturais e a políticas públicas comprometidas com a democratização da educação, será possível reduzir a evasão e garantir o pleno exercício do direito à educação para os jovens e adultos brasileiros.

Outro aspecto que merece destaque refere-se à necessidade de elaboração e implementação de projetos pedagógicos que promovam a interdisciplinaridade dos conteúdos e que considerem a caracterização do público da Educação de Jovens e Adultos (EJA) nos diferentes contextos de ensino. Tal iniciativa é especialmente relevante no enfrentamento da evasão escolar, uma vez que permite a construção de práticas educativas mais sensíveis à trajetória dos estudantes que, em sua maioria, já estão inseridos no mercado de trabalho.

Compreender a trajetória desses educandos implica observar suas experiências, conhecimentos prévios e níveis de qualificação profissional, de modo a incorporá-los de maneira efetiva às atividades letivas. Aproveitar essas vivências como parte do processo pedagógico favorece não apenas a valorização do aluno como sujeito de saberes, mas também potencializa a aprendizagem, conferindo maior sentido e aplicabilidade aos conteúdos trabalhados em sala de aula.

Existem importantes mecanismos de apoio pedagógico que podem ser utilizados em espaços e formatos alternativos durante o curso, visando atender às diversas necessidades dos estudantes da EJA. Tais estratégias, além de ampliar as possibilidades de permanência dos alunos na escola, contribuem para que o processo educativo esteja mais alinhado à sua realidade concreta, motivando-os e criando oportunidades efetivas de crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

Diante do fato de que o mercado de trabalho exerce forte influência no processo de evasão, é fundamental que o ensino médio na EJA ofereça um aprendizado que seja percebido pelos alunos como significativo e relevante para suas vidas. A motivação dos estudantes está diretamente relacionada à percepção de que os conhecimentos adquiridos podem gerar melhorias concretas em suas condições de vida e inserção social.

Entre as sugestões encontradas na literatura, destaca-se a proposta de integração curricular e de aplicação interdisciplinar dos conteúdos, conforme discutido neste estudo. Essa abordagem reforça a importância do papel do professor na modalidade EJA, que precisa atuar com a consciência das particularidades de seus alunos, respeitando as jornadas de trabalho enfrentadas por eles e orientando-os quanto aos resultados que poderão ser alcançados através do esforço e da persistência no processo educativo.

O reconhecimento das condições de vida dos estudantes e a adaptação do ensino às suas realidades não apenas favorecem a permanência escolar, mas

também fortalecem o papel emancipador da educação, possibilitando a construção de trajetórias mais autônomas e críticas no âmbito social e profissional.

Compreende-se que o maior motivador para o retorno dos sujeitos da Educação de Jovens e Adultos (EJA) à escola é, em grande medida, o mercado de trabalho, que demanda níveis crescentes de escolarização e qualificação profissional. Paradoxalmente, é o próprio mercado de trabalho que, em diversos momentos, penaliza esses estudantes, dificultando sua permanência na escola, seja pela exaustão das jornadas laborais, seja pelas condições precárias de emprego que limitam o tempo e a energia disponíveis para os estudos.

A análise desenvolvida ao longo deste trabalho permitiu observar que as peculiaridades dos estudantes da EJA exigem uma adaptação concreta das práticas pedagógicas e curriculares aos interesses e necessidades desse público. É necessário, portanto, reconhecer que esses educandos trazem consigo trajetórias de vida marcadas por múltiplas responsabilidades e desafios, o que demanda da escola uma postura acolhedora, flexível e sensível às suas realidades.

A busca efetiva pelo crescimento e desenvolvimento intelectual, profissional e pessoal, que a instituição escolar pode e deve oferecer, precisa ser articulada a práticas educativas que dialoguem diretamente com os projetos de vida dos estudantes. Cabe às instituições de ensino e ao Estado, em conformidade com os princípios constitucionais e legais que regem o direito à educação, promover condições efetivas para que os sujeitos da EJA possam construir suas trajetórias de forma crítica, autônoma e emancipadora.

Conforme as posições teóricas analisadas, é fundamental compreender que a permanência escolar e a qualidade da aprendizagem na EJA dependem diretamente do reconhecimento da singularidade de seus alunos e da construção de propostas pedagógicas que integrem o saber acadêmico às práticas sociais e culturais vivenciadas no cotidiano. Apenas a partir dessa perspectiva será possível consolidar a educação de jovens e adultos como direito inalienável e como instrumento de transformação social.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, foi possível revisitar aspectos centrais da educação de jovens e adultos, compreendendo o percurso histórico da EJA e sua evolução no contexto educacional brasileiro. Refletiu-se também sobre a formação dos professores, suas práticas de ensino e as implicações dessas práticas na permanência dos estudantes na escola. Constatou-se, ainda, que a Educação de Jovens e Adultos é uma educação possível e necessária, desde que amparada por políticas públicas efetivas, práticas pedagógicas contextualizadas e um compromisso real com a democratização do direito à educação.

Observou-se que, ao longo dos anos, o avanço tecnológico e as exigências do mercado de trabalho têm impulsionado um número crescente de indivíduos a buscar o retorno à sala de aula, seja para aprimorar seus conhecimentos, seja para obter certificações que possibilitem melhores condições de inserção social e econômica. A

necessidade de qualificação tornou-se uma demanda social concreta, ampliando a relevância da EJA como instrumento de inclusão e de desenvolvimento humano.

Ao considerar a trajetória da EJA no Brasil, identifica-se que ela tem sido, em grande parte, marcada por iniciativas de caráter emergencial, conduzidas pelo governo federal e, em diversos momentos, articuladas a organizações da sociedade civil. Muitas dessas ações foram pautadas por propostas ambiciosas de erradicação do analfabetismo e de formação de mão de obra em períodos curtos, revelando uma perspectiva utilitarista da educação, mais voltada à lógica da produtividade do que à formação integral dos sujeitos.

Essa abordagem, ainda presente em muitos programas e projetos, demonstra a necessidade de uma mudança de paradigma. A educação de jovens e adultos deve ser concebida não apenas como instrumento de qualificação profissional, mas como direito fundamental e como meio de promoção da cidadania plena. Superar a evasão e garantir o sucesso escolar na EJA exige o fortalecimento de práticas pedagógicas inovadoras, a integração curricular, a valorização das experiências dos educandos e o reconhecimento da educação como um processo contínuo de emancipação social.

Portanto, os desafios da EJA contemporânea passam pelo compromisso ético e político de construir uma educação que reconheça a diversidade dos sujeitos, respeite suas trajetórias e promova a transformação das condições de exclusão que ainda persistem na sociedade brasileira. Somente assim será possível consolidar a EJA como espaço de resistência, de formação crítica e de afirmação dos direitos humanos fundamentais.

Atualmente, o ensino na modalidade não regular, como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), não se limita apenas à capacitação dos alunos para o mercado de trabalho. Torna-se igualmente necessário que a escola promova o desenvolvimento das múltiplas capacidades dos educandos, respondendo às exigências dos novos saberes que emergem em uma sociedade em constante transformação. A formação oferecida deve, portanto, contemplar não apenas habilidades técnicas, mas também competências críticas e reflexivas, indispensáveis para o pleno exercício da cidadania.

Neste contexto, a escola assume o papel de espaço de construção de sujeitos autônomos, capazes de atuar ativamente no mundo do trabalho e na vida social, mobilizando conhecimentos que ultrapassam o domínio instrumental e que possibilitam a participação crítica e democrática na sociedade. A formação integral do educando, dessa maneira, torna-se um objetivo central, exigindo práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural, os saberes prévios e a experiência de vida dos estudantes.

Entretanto, um fator que ainda compromete o dinamismo necessário às práticas educativas é a acomodação de parte dos alunos, que, em muitos casos, se reflete em uma cultura de passividade e desmotivação no processo de aprendizagem. Essa acomodação, por sua vez, é reforçada por práticas pedagógicas tradicionais e ultrapassadas, baseadas em metodologias mecanicistas, como o uso exclusivo da "cartilha" para o ensino da leitura e da escrita.

Conforme criticado por diversos autores, a persistência de métodos pedagógicos anacrônicos, centrados na repetição e na memorização, impede o avanço necessário na construção de práticas educativas emancipatórias. A "cartilha", ao ser tratada como único instrumento de alfabetização, reduz o processo de ensino-aprendizagem a uma atividade mecânica, desconsiderando as múltiplas linguagens, experiências e modos de pensar dos sujeitos da EJA.

Assim, romper com essa lógica é um dos grandes desafios contemporâneos para a educação de jovens e adultos. É preciso reinventar a prática pedagógica, incorporando metodologias que privilegiem a problematização, a interdisciplinaridade e a relação dialógica entre educador e educando, reconhecendo cada aluno como sujeito histórico em permanente processo de construção de saberes.

A partir das posições assumidas nesta pesquisa sobre a evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos (EJA), torna-se possível delinear algumas recomendações com vistas à superação dos desafios identificados. Entre as propostas, destaca-se a necessidade da realização de cursos regulares de formação continuada para os profissionais que atuam nas turmas da EJA. Esses cursos devem ter como objetivo principal promover a reflexão crítica sobre a prática docente e estimular a criação de estratégias pedagógicas inovadoras, capazes de romper com abordagens descontextualizadas e desmotivadoras que ainda persistem em muitas salas de aula.

É igualmente fundamental que haja investimento consistente por parte das instituições mantenedoras do ensino, tanto públicas quanto privadas, no fornecimento de materiais didáticos adequados e diversificados. A disponibilização de recursos pedagógicos de qualidade contribui para a criação de ambientes de aprendizagem mais estimulantes, favorecendo o processo de construção do conhecimento e tornando o espaço escolar mais atrativo e significativo para os alunos da EJA.

Outro ponto importante refere-se à construção de parcerias sólidas entre as famílias dos estudantes e a própria instituição de ensino. A credibilidade do trabalho escolar precisa ser fortalecida junto aos familiares e empregadores, especialmente no que diz respeito aos estudantes trabalhadores. É necessário que haja uma compreensão ampliada do papel da educação na vida desses sujeitos, evitando cobranças inadequadas relacionadas ao tempo de permanência em sala de aula e reconhecendo a complexidade de suas jornadas.

Por fim, ressalta-se a importância da disposição, do entusiasmo e da responsabilidade ética dos professores no enfrentamento desse desafio. O compromisso do educador em assumir uma postura transformadora é essencial para que as mudanças propostas pelos estudiosos da área se materializem no cotidiano escolar. É preciso que o professor se coloque como agente de transformação, capaz de contagiar e motivar seus alunos para que também lutem pelo direito a uma prática educativa coerente com sua realidade cultural e social.

Somente a partir da prática efetiva dessas mudanças será possível instaurar, na EJA, um espírito de renovação e de compromisso com uma educação emancipadora,

que valorize a trajetória dos educandos, respeite suas especificidades e promova sua plena inserção social e cidadã.

É oportuno ressaltar que o fortalecimento da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a redução dos índices de evasão dependem de uma ação coletiva e articulada entre diferentes segmentos da sociedade. Governantes, instituições escolares, professores, alunos e a sociedade civil têm papéis fundamentais nesse processo e devem assumir suas responsabilidades de maneira ativa e comprometida.

Os gestores públicos, em especial, devem priorizar a implantação de políticas públicas integradas e específicas para a EJA, assegurando recursos adequados, infraestrutura de qualidade e programas de apoio que reconheçam as singularidades desse público. Essas políticas precisam transcender ações pontuais e emergenciais, construindo-se como um compromisso contínuo de promoção do direito à educação para todos.

As escolas, por sua vez, devem elaborar planejamentos pedagógicos que considerem as características, as experiências de vida e as necessidades concretas de seus próprios alunos, em vez de reproduzir modelos prontos e descontextualizados. O planejamento deve ser flexível, interdisciplinar e orientado para o fortalecimento da aprendizagem significativa, favorecendo a permanência e o sucesso escolar dos estudantes.

Aos professores cabe o compromisso permanente com a atualização de seus conhecimentos, metodologias e práticas de ensino. A formação continuada deve ser um princípio orientador da prática docente na EJA, possibilitando que o educador esteja preparado para atuar de forma inovadora, sensível e crítica diante das demandas específicas dos jovens e adultos trabalhadores.

Os próprios alunos também desempenham um papel relevante nesse processo. É essencial que desenvolvam o sentimento de orgulho em relação à sua trajetória escolar e valorizem a oportunidade de estudar e ampliar seus horizontes, reconhecendo a educação como instrumento de transformação pessoal e social.

Quanto à sociedade em geral, é imprescindível que se combata o preconceito e a discriminação em relação à EJA e a seus estudantes. A valorização dessa modalidade de ensino deve ser incentivada em todos os espaços sociais, reconhecendo a importância da educação ao longo da vida como direito fundamental e condição para o fortalecimento da cidadania.

Por fim, é importante que cada indivíduo que conheça um adolescente ou adulto interessado em retomar ou antecipar seus estudos se torne um agente de incentivo, ressaltando a relevância da educação e estimulando esses sujeitos a ingressarem e permanecerem na EJA. Dessa maneira, será possível construir uma rede de apoio ampla e solidária em torno do direito à educação para todos, reafirmando a EJA como espaço legítimo de emancipação e de transformação social.

6.REFERÊNCIAS

APOSTILA. Disciplina: Estrutura e Funcionamento da Educação Brasileira, 2014, sobre a LDB (**Lei de Diretrizes e Bases da Educação**) de nº 9.394/96, sob os arts. 37 e 38, 1996.

ARROYO, Miguel G. da. **Escola coerente à Escola possível**. São Paulo: Loyola, 1997.

_____, Miguel G. da. **A Educação de Jovens e Adultos em Tempo de Exclusão**. Alfabetização e Cidadania, São Paulo: RAAB, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura**. Aparecida Joly Gouveia (trad.). In: M. Nogueira e A. Catani (org.). Escritos de Educação. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1998.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2007**. Acesso em 14 set. 2024. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/>

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira - INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2009**.

_____. **Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 5.692 de 11.08.71**, capítulo IV. Ensino Supletivo. Legislação do Ensino Supletivo, MEC, DFU, Departamento de Documentação e Divulgação, Brasília, 1974.

_____. **Plano Nacional de Educação**. Disponível em: <http://www.mec.gov.br>.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República.

_____. **Política e Educação: ensaios**. Coleção questões da nossa época; v. 23. São Paulo: cortez, 1993.

_____. **Constituição Federal Brasileira – (CF/88)**. Carta Magna, arts. 205 e 227. 5 de outubro de 1988.

CANDAU, Maria Vera. **A didática em questão**. 13 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

CUNHA, Conceição Maria da. **Introdução – discutindo conceitos básicos**. In: SEEDMEC Salto para o futuro – Educação de jovens e adultos. Brasília, 1999.

CUNHA, L. A. **Ensino Médio e Ensino Profissional: da fusão à exclusão**. In: Reunião Anual da Anped, 20, 1997. Caxambú.

DI PIERRO, Maria Clara. **Descentralização, focalização e parceria: uma análise das tendências nas políticas de educação de jovens e adultos**. Educação e Pesquisa, vol. 27, São Paulo, 2001.

EDUCAÇÃO, Conselho Estadual de. **Resolução CNE/CEB nº 3/ 2010.**

FUKUI (in BRANDÃO, Zaia et. al.). **O Estado da Arte da Pesquisa e Repetência no Ensino de 1º grau no Brasil.** In Revista Brasileira de Estudos Pedagógicas, 1983.

FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 26 ed. Rio de Janeiro- RJ: Paz e Terra, 1997.

_____, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 41a edição, Coleção: Questões de Nossa Época, Cortez Editora: São Paulo - SP, 2001.

_____, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. **Pedagogia do oprimido** (17ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

GANDIN, Danilo. **Planejamento como prática educativa.** 6. ed. São Paulo: Loyola, 1994.

HADDAD, Sérgio, DI PIERRO, Maria Clara. **Aprendizagem de jovens e adultos: avaliação da década da educação para todos.** Vol. 1, São Paulo em Perspectiva, 2000.

HADDAD, Sérgio. **Ensino Supletivo no Brasil - o estado da arte,** Publicação INEPREDUC, Brasília, 1987. 44

_____, S., DI PIERRO, M. C. **Escolarização de Jovens e Adultos.** In: Revista Brasileira de Educação. nº. 14. 500 anos de educação escolar. Rio de Janeiro: ANPED, mai/ jul/ ago, 2000.

HINGEL, Murilo de Avellar. **Discurso de Abertura.** In: MEC-INEP SEF/UNESCO, Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores, (ANAIS) Brasília, 1994.

MENEGOLLA, M. **Didática: aprender a ensinar.** 5 ed. São Paulo: Loyola, 1989.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A prática pedagógica dos alfabetizadores de jovens e adultos: contribuições de Freire, Ferreiro e Vygotsky.** 2 ed. Maceió: EDUFAL, 2001.

OLIVEIRA, Marta Kohl de. **Jovens e Adultos como Sujeitos de Conhecimentos e Aprendizagem.** São Paulo: ANPED- Associação nacional de pesquisa e pós-graduação e educação nº 12, 1999.

PADILHA, R. P. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político – pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 2001.

PAIVA, J. **Educação Popular - Educação de Adultos**, Edições Loyola, São Paulo, 1987.

PATTO, Maria Helena Souza. **A Produção do Fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. 2º ed. São Paulo, 1996.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens – entre duas lógicas**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos**. 11 Edição. São Paulo. Cortez, 2000.

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: evolução e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão (coord.) **Educação de jovens e adultos** Proposta curricular para o 1º segmento do ensino fundamental São Paulo / Brasília, 1997.

RIBEIRO, Vera Maria Masagão. **Metodologia da alfabetização: pesquisas em educação de jovens e adultos**. São Paulo: Cedi; Campinas: Papirus, 2001.

PROJETO MOVA- BRASIL: **Projeto Político – Pedagógico Participativo: Experiências do Mova – Brasil**, 2011.

SALGADO, Maria Umbelina Caiafa. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), manual do educador**: Brasil. Presidência da República, secretaria geral, Brasília, 2005.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia Histórico – Crítico**. 11. ed. São Paulo: Cortez, autores associados, 1991.

SEVERINO, Antônio Joaquin. **Metodologia do Trabalho Científico**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2007.

UNESCO, **Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores**, (ANAIS), Brasília, p.86-108, 1994.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Aspectos históricos da Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Vol. I. Brasília: UnB / Cead, 2004.

VIEIRA, Maria Clarisse. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil**. Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

